

RECURSO ESPECIAL Nº 1.686.823 - PE (2017/0179801-3)

RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
RECORRIDO : DINIZ JOSE DA SILVA
ADVOGADO : LUIZ GUILHERME GASPAR ANTUNES - PE002898
RECORRIDO : LUCIANA MARIA DA CUNHA SILVA
RECORRIDO : IVANEIDE CRISTINA COCRI DA COSTA
ADVOGADO : LUIZ GUILHERME GASPAR ANTUNES - PE002898

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra acórdão do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO.

O recurso especial tem origem em embargos à execução de título judicial opostos pela UFPE, cujo valor da causa, em outubro de 2014, era de R\$ R\$ 5.923,35 (cinco mil, novecentos e vinte e três reais e trinta e cinco centavos). Condenada à incorporar aos vencimentos dos exequentes o reajuste de 28,86%, a embargante sustentava, em suma, a prescrição da pretensão executória e o excesso de execução.

A sentença de fls. 50-52 julgou parcialmente procedentes os embargos e determinou o prosseguimento da execução com os valores apresentados pela embargante.

O Tribunal *a quo* negou provimento à apelação da embargante em acórdão assim ementado:

Processual Civil. Apelação contra sentença, f. 41-43, que afastou, a prescrição, considerando 1) que o prazo prescricional da execução, *in casu*, inicia-se a partir do trânsito em julgado da sentença líquida, 2) a permanência dos autos neste Tribunal de 2005 a 2011, e 3) a ausência de inépcia da parte exequente; e, no mérito, julgou, parcialmente procedentes os embargos à execução, tendo em conta que houve concordância em relação ao *quantum debeatur*.

- Busca a apelante a extinção da execução, por reconhecer prescrição da pretensão executória, pois entende que o fato de o processo ter tramitando neste Tribunal durante três anos não afasta a inércia da parte embargada em promover a execução, do título judicial, dado que se passaram mais de 14 anos e 11 meses entre o trânsito em julgado e a sua citação para a ação de execução.

- Observa-se que, embora o trânsito em julgado do título judicial tenha ocorrido em 31 de maio de 1999, f. 115 (vol. I), imediatamente a parte autora requereu a execução de fazer (implantação) em 09 de março de 2000, f. 120. Depois a demora foi na verificação do cumprimento dessa obrigação, o

Superior Tribunal de Justiça

que só ocorrera no despacho, f. 899, em 16 de setembro de 2008.

- Ressalte-se que ficou obstada a execução da obrigação de pagar, durante o tempo da averiguação do efetivo cumprimento da implantação do reajuste de 28,86% no vencimento dos exequentes, por força da decisão de f. 843-844, que estabeleceu ser imperativo a conclusão da obrigação de fazer antes de iniciar a obrigação de pagar, em 16 de agosto de 2005.

- Todavia, quando finalmente foi declarada cumprida a obrigação de fazer, os autos subiram para este Tribunal, para ser julgada a apelação da executada, só voltando ao primeiro grau e, então, a parte exequente ser intimada para requerer o de direito, em 13 de fevereiro de 2012, f. 938.

- Então, se a parte exequente não se quedou inerte durante o prosseguimento do feito, se não podia dar andamento à execução de pagar, até a declaração de satisfação plena da obrigação de fazer - o que só ocorrera em 16 de setembro de 2008, por força da decisão de f. 843-844 -, nem podia manejar a execução de pagar o crédito dos autores porque os autos se encontravam neste Tribunal para o julgamento da apelação, cujo decisório só transitou em julgado em 19 de agosto de 2011, f. 937, e os autos chegaram na Vara de origem, f. 938, com a intimação da parte exequente para requerer o de direito, em 13 de fevereiro de 2012, não há que se falar em prescrição da pretensão executória daqueles créditos, porquanto, entre a data da intimação da chegada dos autos na Vara e seu pedido de execução, em 25 de agosto de 2014, não foi ultrapassado o lustro prescricional. Precedente: AC 573006-PE, des. Ivan Lira de Carvalho (convocado), julgado em 01/12/2015.

- Improvimento da apelação.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados pelo acórdão de fls. 87-92.

Nas razões do recurso especial, a UFPE alega ofensa aos artigos 1º, 8º e 9º do Decreto nº 20.910/32 e ao artigo 3º do Decreto-lei nº 4.597/42. Sustenta, em síntese, que o Tribunal *a quo* deveria ter reconhecido a pretensão da prescrição executória, tendo em vista que a execução foi proposta em 25/8/2014, mais de 15 anos após o trânsito em julgado da ação ordinária. Ademais, aduz que a execução de fazer não afasta o instituto da prescrição com relação à obrigação de pagar.

O parecer do MPF (fls. 119-124) é pelo não conhecimento do recurso especial.

É o relatório. Decido.

No caso em questão, o Tribunal *a quo* afastou a prescrição da pretensão executória nos seguintes termos (fl. 67):

Observa-se que, embora o trânsito em julgado do título judicial tenha ocorrido em 31 de maio de 1999, f. 115 (vol. I), imediatamente a parte autora requereu a execução de fazer (implantação) em 09 de março de 2000, f. 120. Depois a demora foi na verificação do cumprimento dessa obrigação, o que só

Superior Tribunal de Justiça

ocorrera no despacho, f. 899, em 16 de setembro de 2008.

Ressalte-se que ficou obstada a execução da obrigação de pagar, durante o tempo da averiguação do efetivo cumprimento da implantação do reajuste de 28,86% no, vencimento dos exequentes, por, força da decisão de f. 843-844, que estabeleceu ser imperativo a conclusão da obrigação de fazer antes de iniciar a obrigação de pagar, em 16 de agosto de 2005.

Todavia, quando finalmente foi declarada cumprida a obrigação de fazer, os autos subiram para este Tribunal, a fim de ser julgada a apelação da executada, só voltando ao primeiro grau e, então, a parte exequente ser intimada para requerer o de direito, em 13 de fevereiro de 2012, f. 938.

Então, se a parte exequente não se quedou inerte durante o prosseguimento do feito, se não podia dar andamento à execução de pagar, até a declaração de satisfação plena da obrigação de fazer - o que só ocorrera em 16 de setembro de 2008, por força da decisão de f. 843-844 -, nem podia manejar a execução de pagar o crédito dos autores porque os autos se encontravam neste Tribunal para o julgamento da apelação, cujo decisório só transitou em julgado em 19 de agosto de 2011, f. 937, e os autos chegaram na Vara de origem, f. 938, com a intimação da parte exequente para requerer o de direito, em 13 de fevereiro de 2012, não há que se falar em prescrição da pretensão executória daqueles créditos, porquanto, entre a data da intimação da chegada dos autos na Vara e seu pedido de execução, em 25 de agosto de 2014, não foi ultrapassado o lustro prescricional.

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos legais indicados como violados, seria necessário o reexame de elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Nesse sentido, veja-se o seguinte precedente de minha relatoria:

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DESÍDIA. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

I - A respeito da prescrição da ação executiva, assim considerou a Corte de origem: "No caso sub judice não há nenhum indicativo de que o exequente tenha sido desidioso, permanecendo inerte, muito pelo contrário, há indícios de que a parte embargada realizava diligências para a obtenção de documentos a fim de alcançar o valor a ser executado".

II - A revisão de tais fundamentos demandaria reexame de questões fáticas, inviável em sede de recurso especial, como bem notou a decisão agravada.

III - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1052804/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 10/11/2017).

Ainda nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PRECATÓRIO

Superior Tribunal de Justiça

COMPLEMENTAR. PRESCRIÇÃO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. COMPETÊNCIA DO STF.

1. Em relação à alegada violação ao art. 3º do Decreto Lei 4.597/1942 e ao art. 1º do Decreto-Lei 20.910/1932, observa-se que o Tribunal de origem afastou a prescrição intercorrente, sob os seguintes fundamentos: "Na hipótese dos autos é certo que a credora não se manteve inerte por longo período, mas sim se interessou pelo recebimento do saldo a seu favor, o que impede ser reconhecida a prescrição da execução chamada 'intercorrente'. O decurso de prazo superior a dois anos e meio entre o levantamento do depósito e o novo requerimento apresentado pela parte não pode ser considerado como desídia do credor, mas sim decorrente das particularidades do feito."

2. O atendimento da pretensão recursal demandaria revisão direta de provas, a fim de se apurar se efetivamente houve a inércia da credora, o que é vedado pela Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Por outro lado, não se conhece da violação apontada aos arts. 5º, II e XXIV, da CF/1988 e 33 do ADCT porque o Recurso Especial não se destina a argumentações de índole constitucional, cuja competência para analisá-las é do Supremo Tribunal Federal, conforme dicção normativa do artigo 102, inciso III, da Constituição Federal.

4. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1784574/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 23/04/2019)

Ante o exposto, com esteio no art. 255, § 4º, inciso I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator